



## Soft power no império português: um estudo sobre a conquista do Brasil

Alexandre Andrade Alvarenga<sup>1</sup>

### Resumo

O objetivo desse trabalho é demonstrar que, por mais que a guerra e o poder bélico dos estados sejam recursos de poder inquestionáveis dentro do Sistema Internacional e da Economia Mundial, os recursos de poder brando, ou *soft power*, também devem ser considerados na formação de qualquer poder internacional e hegemônico. Nesse sentido, o presente trabalho se dispõe a investigar o passado, mais especificamente a formação do Império Ultramarino Português e a conquista do Brasil no século XVI e XVII, para provar que sem esses recursos seria inviável o sucesso do empreendimento português.

**Palavras-chave:** *soft power*; império português; colonização brasileira.

## Soft power en el império português: un estudio sobre la conquista de Brasil

### Resumen

El objetivo del trabajo es demostrar que, por más que la guerra y el poder bélico de los estados sean recursos de poder inquestionables dentro del Sistema Internacional y de la Economía Mundial, los recursos de poder brando, o *soft power*, también deben ser considerados en la formación de cualquier poder internacional y hegemónico. En ese sentido, el presente trabajo se dispone a investigar el pasado, más específicamente la formación del Império Ultramarino Português y la conquista del Brasil en el siglo XVI y XVII, para probar que sin esos recursos sería inviável el suceso del emprendimiento portugués.

**Palabras claves:** *soft power*; império português; colonización brasileña.

## Soft power in the Portuguese empire: a study remains the conquest of Brazil

### Summary

The aim of this work is to demonstrate that, even though war and military power are unquestionable power resources within the International System and the World Economy, soft power resources should also be considered into any international or hegemonic power formation process. In this context, the present work investigates the past, specifically the formation of

<sup>1</sup> Mestre em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ); Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Vila Velha (UVV).

the Portuguese Empire and the conquest of Brazil in the XVI and XVII century to prove that, without these resources, the prevail of Portuguese enterprise would be impracticable.

**Keywords:** Soft power, Portuguese Empire, Brazilian colonization.

## 1. Introdução

Em apenas 165 anos (1415-1580), Portugal construiu o maior império colonial do Ocidente, expandindo seu poder comercial, militar e religioso a todo o mundo desde a Europa até a África, a Ásia, a Oceania e a América. Mais ainda, os portugueses mudaram radicalmente a dinâmica do planeta ao interligar várias regiões que transformaram os rumos do próprio mundo. Ampliaram a circulação econômica entre os continentes, por meio de redes comerciais e de comunicação, construíram uma nova geografia, amparada na cartografia, que desafiou a velha geopolítica mundial, transpuseram oceanos, conquistaram povos, venceram armadas e acumularam muita riqueza e poder (AMADO, 1999, p. 3).

No que diz respeito ao espaço-tempo preenchido pelos portugueses, o feito se mostra ainda mais interessante. A partir de um pequeno litoral na Europa, recompensa dos reis espanhóis a um nobre francês que lutou as guerras de reconquista, Portugal se fez presente em todo mundo ao comandar um império descontínuo e ultramarino que só foi extinto oficialmente no final do século XX, e ainda preservando relações diplomáticas, comerciais e culturais com suas ex-colônias, dentre as quais o Brasil. (GARCIA, 2005, p. 209).

Nesse universo imperial português, o papel do Brasil foi fundamental. De colônia extrativista a empresa agrícola, a base territorial, a fonte de metais preciosos, a reino unido e a sede do governo imperial, o Brasil sempre ajudou Portugal a acumular poder de certa forma, até se revelar, no século XVIII, um dos mais importantes pilares que sustentavam o império luso (GARCIA, 2005). Entretanto, conquistá-lo e mantê-lo não parece ter sido tarefa fácil. Em primeiro lugar porque, no início, diferentemente das terras espanholas, não existia uma atração econômica relevante que fizesse valer o gasto com recursos bélicos que poderiam ser destinados a outras partes do mundo de interesse português. Em segundo lugar, existia uma acirrada competição entre os estados europeus por uma fatia das terras do novo mundo, que exercia enorme pressão às possessões portuguesas (FURTADO, 2007, p. 27). Contudo, os portugueses conseguiram, e essas adversidades tornam o feito ainda mais interessante.

Diante desse contexto, a pergunta que nos norteia é: como Portugal conseguiu chegar a essa condição de império ultramarino e, dentro desse processo, como conseguiu conquistar, expandir e integrar o Brasil? Como e com quais recursos Portugal construiu um dos maiores

impérios globais da história em termos de tempo e espaço? Como um pequeno condado ibérico, vassalo do reino espanhol, chegou à condição de império em tão pouco tempo e conseguiu manter relações duradouras com territórios tão longínquos e exóticos aos olhos europeus? Mais especificamente, como Portugal conseguiu manter suas possessões na América e garantir a expansão e integração do Brasil, sobretudo em condições adversas de colonização? Foi por meio das armas, da guerra, do seu exército, ou existiu algo diferente, pragmático e criativo que explique seu sucesso e sua duração? É o que se pretende investigar.

Alguns estudiosos sobre o tema irão apontar a guerra como o principal fator da ascensão portuguesa. Tanto historiadores como teóricos das relações internacionais, destacarão a importância do conflito, das armas e da violência não só como os meios utilizados para acumular poder, mas também como pilares da própria lógica e dinâmica das relações que se sucederam. O historiador Raymundo Faoro vai descrever a formação do estado português como uma sociedade que se constituiu sob o império da guerra, com a espada na mão e o espírito de guerreiro. As lutas do que restou do império visigótico contra os romanos, os germânicos, os mouros e os espanhóis, nesse sentido, foram os principais fatores constitutivos do estado português (FAORO, 2000, p. 5).

Em um campo mais abstrato de análise, John Mearsheimer, atual expoente da corrente realista das relações internacionais, vai argumentar que as relações entre os atores são explicadas em termos de poder, e que o poder, por sua vez, é constituído primariamente pelos recursos de guerra, ou o que outros chamam de recursos de defesa. Portanto, a explicação para a ascensão e a queda de um ator passa necessariamente pelo aumento ou pela diminuição de sua capacidade bélica. Também diz que para ter uma diplomacia eficiente ou exercer dominação cultural, deve-se antes de tudo possuir recursos bélicos e militares, onde o poder possa ser resguardado em última instância (NOGUEIRA, 2005, p.53-54). Nesse sentido, a explicação para toda ascensão portuguesa e a conquista das terras brasileiras pode ser dada a partir da crença de que Portugal tinha mais capacidade bélica do que todas as outras sociedades do mundo e, por isso, tornou-se um império global ultramarino subjuguando militarmente outros povos.

Contudo, isso não parece satisfatório, pois não reflete a realidade relatada por outros autores que se dedicaram à história brasileira. Como o caso de Celso Furtado, que argumentou que os traços de maior relevo do primeiro século da história americana estão ligados a essas lutas em torno das terras de escassa ou nenhuma utilização econômica, que, embora despertassem sonhos pelo *el dorado*, demandavam muitos recursos militares para garantir sua soberania. Segundo o autor:

O início da ocupação do território brasileiro é em boa medida consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias... Coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização das terras americanas... Somente assim seria possível cobrir os custos de defesa dessas terras (FURTADO, 2007, p. 25).

Antônio Cândido, ao estudar o início da formação da literatura brasileira afirmou que: “Ao reino de Portugal cabia a tarefa sobre-humana de ocupar, defender, povoar e explorar essa terra incógnita. Essa tarefa se desdobrava em vários aspectos: administrativo, econômico, militar e religioso” (CÂNDIDO, 2007, p. 18). Segundo esses autores, algo mais do que a guerra deveria ser feito pelo governo português caso não quisesse permitir que outros países tomassem posse do território brasileiro. Algo mais do que gastos de defesa, que fosse eficiente, barato e que concretizasse a soberania portuguesa de fato.

Nesse sentido, diferentemente do que analisam alguns teóricos do poder ou outros historiadores, o presente trabalho acredita que a expansão portuguesa passou, sobretudo, por um aumento do seu *soft power*, principalmente em momentos nos quais seus recursos de *hard power* não puderam garantir sozinhos seus interesses, como no caso do Brasil. Ao responder aos desafios citados por Furtado e Cândido, de preencher aspectos da vida econômica e cultural, Portugal parece ter conseguido acumular poder frente aos demais países, bem como manter as terras brasileiras, continuar sua expansão e mesmo retardar sua decadência frente a ascensão de outros impérios. Dessa forma, explicar toda epopeia portuguesa a partir somente da capacidade bélica é fechar os olhos para outros recursos de poder relevantes que certamente foram explorados pelos portugueses e merecem, por isso, destaque no debate. No entanto, para contribuir com o presente debate, propõe-se, primeiramente, fazer uma breve apresentação do conceito de *soft power* para ilustrar o que procuramos. Em seguida, apresentar alguns casos que se encaixam no conceito, para, no momento final, tentar responder se e como esses recursos foram utilizados pelo governo português na tentativa de garantir sua soberania sobre o território brasileiro e na ampliação de seu império.

## 2. Soft Power

*Soft power* é um conceito que surgiu para explicar formas menos violentas de poder, que não somente a guerra, o conflito, a violência, a ameaça, a coerção e a destruição (*hard power*), mas atores, formas e recursos de poder que se manifestam por meio da diplomacia, da economia, do comércio, da ciência, da cultura, da religião, das artes, do meio ambiente, do esporte, do lazer e de outros mais. Aqui, a ideia é não coagir, mas sim seduzir.

O conceito de *soft power* surgiu no contexto do debate militar sobre os efeitos do

poder no Iraque em 2003 como um forma de repensar e estratégia norte americana de ocupação. Segundo esse conceito, que foi apresentado mais tarde no artigo “Soft Power: The Means To Success In World Politics”, de Joseph Nye, em 2005, o poder nem sempre é manifestado por via das armas, sendo necessário, em determinados momentos, conquistar mentes e corações para conquistar o resultado esperado. De acordo com o autor: “The real key is not how many enemy I kill, but how many allies I grow” (NYE, 2005).

Para Nye, *soft power* não é uma fraqueza, mas a habilidade de se conseguir o que quer sem utilizar coerção ou pagamento. Quando a política de alguém é legitimada pelos olhos de outros, seu *soft power* ganha importância. Sedução, segundo o autor, é mais efetivo que coerção. Quando se consegue fazer o outro querer o que você quer, não se gasta muita energia e tempo para movê-los na sua direção. Nesse sentido, o poder emana da atração pela cultura, pela política, pela filosofia e pelos valores morais de um ator, sendo a democracia, as instituições, os direitos humanos, o meio ambiente, a religião e até o consumo de massa recursos profundamente sedutores e valiosos na luta pelo poder (NYE, 2005).

Em trabalhos anteriores, Nye e Keohane, ao analisar o período da *détente* na Guerra Fria, já apontavam para o conceito de *soft power* ao observar o recuo do estado e do poder militar para resolver questões de cunho econômico, social, ambiental, e a ascensão de novos atores, como as organizações e instituições governamentais e não governamentais, as multinacionais, os bancos e os meios de comunicação, as artes etc. Chamaram a atenção para o período de relativa paz entre Rússia e Estados Unidos no campo militar e para o de conflito no campo ideológico. Nesse universo ideológico, os autores destacam outros atores e recursos de poder, como a cultura, a ciência, a economia, as finanças, suas instituições e representantes (NOGUEIRA, 2005, p. 74-88).

Haas, Deutsch e Mitrany, no contexto da formação do bloco europeu do pós-guerra, também perceberam, por meio da construção e da difusão de valores morais, como a democracia e a liberdade, bem como de instituições políticas e econômicas, a solução para superar um contexto adverso de conflitos no continente, assim como uma forma de reduzir custos de defesa e acumular mais poder em outras esferas. Segundo esses autores, a aproximação dos estados por vias econômicas e culturais setoriais geraria um processo de interdependência que envolveria mais setores das sociedades. Nesse espaço interdependente, seria possível um acúmulo de riqueza e uma maior prosperidade econômica, que, por consequência, limitariam a eficiência da guerra para decidir determinadas questões, assim como revelariam outros atores e recursos de poder (NOGUEIRA, 2005, p.74-88).

Susan Strange, ao analisar o mesmo período, porém sob a hipótese de queda da

hegemonia americana no fim da década de 70 do século XX, também observou o poder manifestado por meios não militares e estatais, representados principalmente pelas finanças, ciência e tecnologia, que, somado ao poder militar, seria denominado poder estrutural. Ao analisar algumas derrotas econômicas e militares, Strange chamou a atenção para o poder que detinham os americanos ao controlar as principais fontes de financiamento do mundo (bancos, instituições financeiras, moeda, empresas multinacionais), bem como a produção científica, intelectual, cultural e tecnológica (universidades, centros de pesquisas, centros tecnológicos, canais de comunicação, cultura pop, valores morais universais e etc.). Por mais que os americanos sofressem algumas derrotas pontuais, sua supremacia estava assegurada por conta do seu poder estrutural (STRANGE, 1996).

Ainda sobre as formas e recursos de poder menos agressivos, Gilpin, Kindleberger e Mearsheimer enfatizaram a eficiência de um poder diplomático, institucional, econômico, financeiro, organizado e hegemônico, de modo a estabilizar o mundo para acumular ainda mais riquezas e poder, embora admitissem que a organização desse poder somente pudesse se estabelecer subordinada ao poder militar de um estado (NOGUEIRA, 2005, p.42-54). Por outro lado, Nye chamou a atenção não para a primazia do poder militar, mas para a combinação de *hard* e *soft power* na forma de um poder pragmático, flexível e eficiente, do qual denominou *smart power* (NYE, 2009). Entretanto, vale ressaltar que, embora com opiniões diferentes sobre a importância dos meios militares, todos reconheciam a importância de controlar redes de comércio, moeda, meios de comunicação e outros recursos políticos, econômicos e culturais como fontes de poder entre os atores.

Entre os questionamentos mais recentes nessa corrente crítica destacam-se estudos sobre a ascensão do *soft power* chinês - a atual política do estado chinês de compartilhar riqueza e ganhos econômicos com outros povos como forma de melhorar sua imagem no exterior e legitimar seus objetivos - e os desafios impostos aos americanos. Esses mesmos estudos apontam que essa prática existe desde os tempos do império, que utilizava esses recursos como forma de aumentar sua legitimidade (GILL & HUANG, 2006). Isso demonstra que o assunto já é debatido desde longa data pelos chineses, o que abre um grande universo de possibilidades e reflexões sobre outros estados, impérios e civilizações em outros tempos. Ainda nesse campo, verificam-se trabalhos sobre a Índia e seu ganho recente de *soft power* por meio dos direitos humanos, bem como sobre Brasil, África do Sul e Coreia do Norte. Além de outros, sobre cooperação regional, institucional, ambiental, linguística e artística, que, de certa forma, mostram o crescente interesse pelo tema.

Em um campo ainda mais amplo e abstrato da ciência, porém igualmente interessante,

o cientista político português Boaventura de Sousa Santos apresenta o conceito de *Epistemologia do Norte*, que consiste em um domínio por via da ciência, que, independentemente da posição geográfica e do período, tenta se estabelecer como verdade positivada frente a outras visões, métodos, teorias, sistemas, estruturas e atores. Segundo o autor, a estabilização de tal ciência é negativa ao excluir um universo de explicações e visões alternativas sobre a realidade que, ao invés de se excluírem, deveriam se complementar no sentido de expandir o debate e acrescentar mais visões (SANTOS, 2009).

Ainda segundo o autor, para combater esse vício científico, deve-se produzir conhecimento com o interesse de revelar novas fontes, visões e explicação que possam aproveitar ao máximo a diversidade intelectual disponível no mundo. Também, no que tange a positivação da ciência, o autor defende a produção acadêmica que conteste teorias hegemônicas e dominantes, bem como a dispersão espacial da produção acadêmica no mundo, ou o que denominou *Epistemologia do Sul* (SANTOS, 2010, p.11-40). Nesse contexto, a guerra, o realismo e a relevância do estado nas relações internacionais, assim como a concentração da produção científica em países anglo-saxões e o protagonismo desses mesmos países em determinadas teorias é objeto de contestação sob esse conceito de ciência.

Nesse sentido, levando em consideração todas essas produções que revelaram outras formas de se pensar o poder, emanadas por outros atores, em outros tempos; e munidos de todos os conceitos apresentados, investigaremos se existiram recursos de *soft power* utilizados pelos portugueses para cumprir a missão de garantir a posse das terras americanas e a expansão de seu estado. Recursos criativos, eficazes e pragmáticos, que, sem apelar diretamente para a força, ajudaram os portugueses a superar determinadas limitações bélicas e continuar seu projeto de expansão.

### **3. A Europa, Portugal e a América**

No início do século XVI, quando os portugueses chegaram à América, a Europa ainda tentava superar as crises do século XIV e adaptar-se às novas transformações. Nesse período, a fome, a miséria, a exploração do trabalho e os conflitos por soberania destacavam-se no continente (FAUSTO, 2008, p. 20). Diante disso, novos conflitos por recursos e soberanias foram travados, remodelando toda estrutura política, econômica e social. Os estados nacionais tomavam forma e o sistema interestatal europeu, fruto da guerra e do conflito, ganhava uma nova dinâmica de competição pelo poder que aos poucos ultrapassavam as fronteiras

continentais. Na luta pelo acúmulo de poder, dentre os recursos que mais se destacavam, estavam os recursos militares, o contingente populacional, a terra, o comércio e os metais preciosos. Dentre os atores, estavam Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Holanda e Suécia, sob o ponto de vista do estado moderno. No comércio a hegemonia no continente era dividida entre Gênova e Veneza ao sul e entre os descendentes da liga hanseática ao norte. Fora do continente, a pressão era exercida pelos árabes e pelos otomanos, que ameaçavam constantemente a segurança e os interesses econômicos europeus (FIORI, 2004, p.11-28).

Dentro desse turbilhão político, econômico e social estava Portugal, um estado pequeno, em termos de território e população, recém-independente, também impactado pelas crises e transformações, que procurava legitimidade frente às soberanias europeias, sobretudo em relação à Espanha (GARCIA, 2005, p. 15). Contudo, Portugal tinha algumas vantagens. Era um estado unificado, centralizado, tinha experiência náutica (influência da dominação árabe), colonial (nas ilhas da costa africana), um sistema tributário eficiente, um espírito aventureiro e uma necessidade (AMADO, 1999, p.8-30). Nesse sentido, a expansão marítima se revelava como uma oportunidade de procurar em outras regiões fontes de riqueza e poder que pudessem dar continuidade a trajetória portuguesa bem como aliviar as pressões internas e externas (FAORO, 2000, p. 25).

E foi o que fizeram. No início do século XVI, quando as monarquias nacionais ainda tomavam forma na Europa, Portugal procurou aproveitar suas vantagens e lançou-se ao mar em busca de riqueza e poder. Não somente como um projeto imperialista alicerçado em sua hegemonia militar, mas também como uma opção de garantir sua sobrevivência e acumular poder onde os recursos fossem acumulados com mais facilidade, apesar da distância (FAORO, 2000, p. 25 e AMADO, 1999, p.11-14). Entretanto, embora o sucesso inicial, Portugal teve que se deparar, ao longo do tempo, principalmente pela concorrência colonialista, com o desafio de possuir de fato suas possessões de júri, e pensar em como as defender (FURTADO, 2007, p. 25-30).

No que diz respeito ao Brasil, no início do século XVI, quando os portugueses chegaram, as condições eram bastante adversas para uma colonização tranquila e controlada. Os portugueses, por mais experientes e corajosos na navegação, não tinham ideia do tamanho e da diversidade do território que estavam adentrando. Nem recursos para uma ação militar imediata e definitiva que pudesse garantir sua posse (RIBEIRO, 1995, p. 29-63). Além disso, existiam aproximadamente cinco milhões de índios espalhados por toda a costa, que representavam resistência ao avanço europeu (FAUSTO, 2008, p. 38). A pequena atratividade oferecida pela terra também desanimava os portugueses, que tentavam pela extração do pau-



brasil ocupar inicialmente o território de alguma forma (FAUSTO, 2008, p. 41). Porém, apesar das adversidades, sabiam que o Brasil representava uma posição estratégica e uma promessa de riqueza, embora a riqueza imediata estivesse na Índia (AMADO, 1999, p. 97-98).

Nesse sentido, o contexto europeu, a capacidade portuguesa e as adversidades do território brasileiro sugerem a dificuldade imposta aos portugueses e sua limitação de garantir seus interesses ultramarinos somente por vias militares. Dessa forma, essas características conjunturais e estruturais nos levam a crer que algo de natureza mais branda, criativa e pragmática tenha sido utilizado pelos portugueses na consolidação de sua soberania e de seu império ultramarino, do qual a conquista do Brasil foi fundamental. O que não quer dizer que recursos militares não tenham sido empregados, pois a historiografia já demonstrou que sim, mas que algo diferente da violência física foi imprescindível.

#### 4. A Diplomacia

Nesse período de instabilidades e incertezas que passava o continente europeu, a necessidade de se afirmar e acumular recursos capazes de garantir a sobrevivência do estado e o crescimento econômico passava por acordos entre os principais atores do sistema. Não bastava vencer batalhas, era preciso criar obrigações jurídicas e políticas em nível internacional para garantir os objetivos, dentre eles a sobrevivência. E, nesse quesito, os portugueses foram incrivelmente pragmáticos. Desde o início de sua expansão, o governo português tratou de legitimar suas conquistas frente a outras monarquias nacionais e, principalmente, frente à Igreja, instituição que gozava de alta legitimidade no continente.

A Igreja era quem comandava a vida social. Tinha o monopólio da educação, do registro civil, da justiça moral, da arbitragem, do sacramento, da salvação, em outras palavras: o “controle das almas” (FAUSTO, 2008, p. 60). A Espanha, por sua vez, era a potência da época na Europa, que controlava um grande território descontínuo por meio de relações de vassalagem e hereditariedade, estando presente como protagonista em todos os grandes conflitos europeus do século XV ao XVIII (FIORI, 2004, p. 20-24). Um acordo ratificado por qualquer uma das partes certamente seria uma grande conquista política e diplomática.

Nesse sentido, podemos citar como exemplos desse sistema de tratados a Bula *Inter Coetera* assinada pelo Papa Alexandre VI em 1493, que dividia as terras entre portugueses e espanhóis a partir do arquipélago de Cabo Verde (GARCIA, 2008, p. 27). O Tratado de Tordesilhas em 1494, entre Portugal e Espanha, que bilateralmente aumentava a posse portuguesa e a Bula do Papa Júlio em 1506, que confirma a validade do tratado de Tordesilhas.

Outro tratado entre Portugal e Espanha foi firmado em 1529 na cidade de Saragoza, dessa vez, fixando as fronteiras da partilha do globo nos confins do Pacífico. Por este tratado, Portugal permutava alguns territórios com Espanha e definia o chamado “outro lado” de Tordesilhas (GARCIA, 2005).

Do ponto de vista do *soft power*, Tordesilhas poderia ser considerado um dos mais pragmáticos tratados de todos os tempo. Usando a religião como instrumento de expansão de poder, Portugal conseguiu para si a metade do “mundo desconhecido”, e o que é melhor: reconhecido pela potência da época e por uma instituição de indiscutível importância para a política, a economia e a sociedade europeia, a Igreja. Segundo o coronel do exército brasileiro Octavio Tosta, em seu livro “Teorias Geopolíticas”, o Tratado de Tordesilhas foi a obra de geopolítica prática de caráter mais global até então (TOSTA, 1984, p. 4-5). Antes de começar a colonizar o Brasil, Portugal já contava com instrumentos jurídicos, políticos e diplomáticos, que legitimavam sua posse antes mesmo da descoberta. É claro que isso gerou reação e não foi totalmente respeitado por outras potências posteriormente, mas o fato é que, dentre todos os candidatos a exploradores, Portugal era o único que possuía a benção de deus e a palavra da Espanha.

Outra frente diplomática portuguesa foi aberta com os índios nativos da costa brasileira, que também se organizaram militarmente contra os portugueses, como a Confederação dos Tamoios, que representava a maior ameaça nativa aos lusitanos pela alta organização militar (FAUSTO, 2008, p. 38). Ciente dos custos de abrir combate contra outros europeus pela posse da terra e com os índios ao mesmo tempo, Portugal realizou mais uma ação diplomática ao estabelecer laços culturais com os tupis e ao firmar com os tamoios (tribo que mais tarde perseguiu), em 1563, a Paz de Iperoig (GARCIA, 2005, p. 20). É bem verdade que essa paz durou pouco, mas vale ressaltar que, por menos que tenha durado, ela certamente deu tempo aos portugueses para se organizarem na luta contra os tamoios alguns anos mais tarde. Chama atenção, nesse caso, a importância dessa paz para posterior ganho da guerra. Talvez, sem o primeiro, o segundo não teria se concretizado.

Outro importante feito diplomático conseguido pelos portugueses foi o juramento feito pelo rei Filipe II da Espanha no contexto da União Ibérica comprometendo-se a tratar Portugal como reino unido e não como território conquistado (GARCIA, 2005, p.20-21). Ao conseguir isso, Portugal não só manteve sua soberania respeitada na América, como também expandiu seu território por meio de bandeiras uma vez que a união das coroas retardou a demarcação e suspendeu a validade de Tordesilhas (GARCIA, 2005, p. 24). Nesse sentido, a diplomacia realizada no período da União Ibérica também favoreceu a posse portuguesa em

momentos de fragilidade política, ao garantir a proteção e eliminar a resistência espanhola na expansão portuguesa na América.

No contexto da Restauração, agora rompendo com a Espanha, Portugal procurou se legitimar e garantir seus interesses firmando tratados com inimigos de outrora. E mais uma vez, demonstrando pragmatismo e ousadia, usou a diplomacia a seu favor e em defesa das terras americanas. Nesse sentido, um tratado de aliança militar foi firmado com a França em 1641 e uma trégua, no mesmo ano, com os Países Baixos, que ocupavam o nordeste brasileiro e outras regiões na África. Em 1642, é assinado um tratado de aliança entre Portugal e Inglaterra e, em 1646, o padre Antônio Vieira e o diplomata Francisco de Sousa Coutinho são enviados a Paris pelo governo lusitano e a Haia para negociar uma saída amigável para a restituição do Brasil holandês (GARCIA, 2005, p. 24-25).

Em 1661, agora entre Portugal e Inglaterra, foi firmado o Tratado de Withehall, no qual a Inglaterra se comprometia a proteger a integridade das colônias portuguesas. No mesmo ano, entre Portugal e Países Baixos, um tratado de paz que reconhecia formalmente a posse portuguesa de possessões devolvidas pelos holandeses mediante indenização. E em 1668, celebrado em Lisboa, com mediação inglesa, o fim das guerras de restauração (GARCIA, 2005, p. 27).

Já no século XVIII, os tratados mais significativos são referentes à demarcação das fronteiras na América, dentre os mais importantes: o de Utrecht, de 1715, que, ao findar um conflito sistêmico europeu, encerrava a questão das colônias americanas, e o Tratado de Madrid, de 1750, que demonstrou muita criatividade e ousadia do diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão ao ter como base um mapa propositalmente distorcido em benefício dos portugueses (GARCIA, 2005, p. 31-33). Ambas as estratégias demonstram a continuidade da diplomacia como instrumento de poder português ao longo dos séculos para expandir seu império e garantir sua sobrevivência.

Nesse sentido, fica claro que os portugueses utilizaram de maneira significativa sua diplomacia em todos os âmbitos e contextos possíveis, bem como o quão fundamental ela foi para expansão do império português e a manutenção de suas posses ao se legitimar perante a diplomacia internacional. Sem tais recursos, olhando para a história, é difícil imaginar o sucesso do feito português.

## **5. Catequese, Literatura e Cunhadismo**

Além do contexto geopolítico europeu, os portugueses também tiveram que lidar com

a resistência nativa do território recém-conquistado. Estima-se que na chegada dos portugueses existia algo em torno de cinco milhões de índios no Brasil, e, apesar do misticismo inicial, essa relação foi também se caracterizando por conflitos ao longo do tempo, que demandavam ainda mais recursos (FAUSTO, 2008, p. 37-54). Outros autores apresentam um número mais modesto de indígenas, sugerindo algo em torno de um milhão. (RIBEIRO, 1995, p. 31). Nesse sentido, a resistência nativa impôs ao governo português pelo menos dois desafios. O primeiro foi garantir o “bom comportamento” do nativo dentro do interesse lusitano. O segundo, evitar que os mesmos fizessem aliança com outras nações estrangeiras (Inglaterra, França, Holanda) e ameaçasse a soberania portuguesa. Tarefa difícil, levando-se em consideração somente o uso de a força militar de um estado que tinha também aproximadamente um milhão de habitantes (RIBEIRO, 1995, p. 31).

Mesmo assim, os portugueses encontraram algumas maneiras de lidar com a situação, demonstrando pragmatismo e criatividade. Uma delas deu-se pela tentativa de doutrinar o índio por meio da catequese, que, por sua vez, também saldava a dívida diplomática de outrora com a Igreja. A outra foi justamente no sentido contrário, por meio da adaptação à cultura local.

As missões jesuítas se revelaram ao governo português um meio prático, barato e rápido de tentar exercer mais controle sobre o território brasileiro. Por meio do Padroado, elas adentravam e expandiam o território para o interior, doutrinavam os índios, tornava-os “bons cristãos”, ensinavam a lógica do trabalho e garantiam uma população súdita à Coroa portuguesa. Além disso, criavam uma ordem moral que serviria de base para a colonização do território recém-conquistado. Cabia à Igreja, por exemplo, cuidar da educação, do batismo, do casamento, da morte, e etc. (FAUSTO, 2008, p. 60). Além do mais, o aumento de súditos locais garantiria uma melhor defesa contra as nações estrangeiras, que também tentavam utilizar táticas similares, como o caso entre franceses e tamoios na ocupação da Baía de Guanabara em 1555 (GARCIA, 2005, p. 19). Em 1570, o governo português, ciente da importância da aliança com os índios, decretava que estava proibida a escravidão indígena (com exceção dos tamoios), transformando o índio em um súdito da Coroa, do qual cabia à Igreja o papel de doutrinar (FAUSTO, 2008, p. 38-61). Aqui, ganhar a mente e o coração do índio era uma questão de vida ou morte para a soberania portuguesa. No início da colonização, por exemplo, os tamoios venceram diversas batalhas, destruíram a capitania do Espírito Santo e ameaçaram seriamente a capitania de São Paulo. Mas foram, afinal, vencidos pelas tropas indígenas aliadas pelos jesuítas (RIBEIRO, 1995, p. 33).

Outro fator, agora no sentido de assimilar a cultura local, que se mostrou decisivo para

o controle português logo no início da ocupação foi a prática do *cunhadismo*, instituição social de uso indígena para incorporar estranhos à comunidade, que consistia basicamente em se casar com uma índia e estabelecer parentesco com toda a tribo. Na maioria das vezes o noivo era um degredado ou um náufrago. Desses parentescos, os europeus conseguiram se estabelecer entre os índios, adotando seus costumes, falando sua língua e participando de seus rituais. Estabeleciam, assim, contato entre a Coroa e os nativos; mobilizavam homens para a guerra e reproduziam uma população mestiça que viria a ser a base da ocupação e da população brasileira. Operava como uma agência civilizatória, que angariava almas e braços à defesa portuguesa (RIBEIRO, 1995, p. 81-86).

Dessa forma, o *cunhadismo* tornou-se a base da população brasileira, que formava populosos núcleos de gente mestiça, dentre os quais, podemos destacar os da região de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse último, em particular, era liderado por João Ramalho, um português que havia formado um núcleo e conseguiu mobilizar cinco mil homens para lutar contra os franceses, enquanto o governo português sozinho não conseguia levantar dois mil (RIBEIRO, 1995, p. 83-84). Nesse sentido, essa prática também se mostrou barata, rápida e eficaz para os portugueses, que perceberam na cultura um valioso recurso de poder não só para legitimar seu poder militar, mas também para compô-lo. Além da composição militar, os portugueses também aprenderam com os índios segredos da floresta e técnicas agrícolas que ajudaram os portugueses a se consolidar economicamente. Dentre os gêneros mais cultivados, estavam a mandioca, o milho, a batata-doce, o feijão, o tabaco, o algodão, pimentas, erva-mate, etc. (RIBEIRO, 1995, p. 32).

Entretanto, o *cunhadismo* não era exclusivo dos portugueses. Franceses, por exemplo, também o praticaram, e, por isso, foi decisivo para os portugueses não subestimar essa instituição. Assim como a aliança com a Igreja favoreceu Portugal, o casamento com os índios parecia também garantir uma maior posse sobre o Brasil. Ainda segundo o antropólogo Darcy Ribeiro, sem a prática do *cunhadismo*, a criação do Brasil seria impraticável (RIBEIRO, 1995, p. 83).

Outro recurso também utilizado pelos portugueses logo no início da ocupação foi a literatura. Segundo Antônio Cândido, a formação da literatura brasileira foi um processo de dominação linguística sob o aspecto da dominação política, do qual três autores se destacam: Padre José de Anchieta, Padre Antônio Vieira e Gregório de Matos. O primeiro escreveu poemas, discursos e peças de teatro sobre os mais variados temas que abordavam a cultura indígena e a portuguesa. Escreveu em latim, português, espanhol e tupi, às vezes misturando idiomas na intenção de integrar culturas, bem como de criar um sentimento localista entre os

colonos. Nesse sentido, Anchieta atuou também como uma ponte entre os mundos, ao apresenta-los e estimular a harmonia entre eles. Contudo, seus esforços de criar uma língua nova, que misturava diversas matrizes, foram vistos com desconfiança pelo governo português (CÂNDIDO, 2007, p. 11-32).

Vieira, por outro lado, trabalhou mais no sentido de impor a língua portuguesa como dominante, assim como disciplinar o índio ao trabalho e a vida cristã ao escrever sermões e poemas de cunho rígido e catequizante. Além de poeta, padre e escritor, Vieira também foi atuante na política, na diplomacia e no campo jurídico, e certamente pode ser considerado como um dos maiores representantes do interesse português na América, pois suas palavras e ideias foram essenciais para a construção da ordem e da moral portuguesa (CÂNDIDO, 2007, p. 25-32).

Gregório de Matos, também poeta, foi contemporâneo de Vieira, mas seu estilo difere ao denunciar a vida na colônia por meio de humor e sarcasmo, atacando diretamente oficiais e clérigos. Embora criticasse e manifestasse oposição ao governo luso, Matos foi fundamental para difusão da língua portuguesa. Mesmo em tom crítico e ousado, suas poesias registravam o cotidiano da colônia, e demonstravam-na cada vez mais portuguesa, ajudando a difundir entre as elites letradas a ideia da soberania portuguesa (CÂNDIDO, 2007, p. 25-32).

Dessa forma, fica claro que existiu uma política do estado português voltada para o domínio cultural como forma de suprir as limitações bélicas. Nesse sentido, a literatura, o *cunhadismo* e a catequese trabalharam como recursos de *soft power* ao garantir recursos humanos fundamentais para o sucesso da empresa portuguesa. Diante do exposto, podemos afirmar que esses recursos decidiram batalhas, viabilizaram atividades econômicas e criaram uma nova população, contribuindo decisivamente a favor do império português, e, por tanto, merecem destaque nessa pesquisa.

## 6. Economia Política do Privilégio

Para a historiadora Maria de Fátima Silva Gouveia, o sucesso da administração portuguesa nos trópicos só se tornou possível com uma política de distribuição de cargos e privilégios, dentro de uma hierarquização de recursos humanos, materiais e territoriais, que ela chamou de *economia política de privilégio* (GOUVEIA, 2001, p. 287). Segundo a autora,

A expansão ultramarina portuguesa resultou na progressiva conquista de territórios, concorrendo para que a Coroa passasse a atribuir ofícios e cargos civis, militares e eclesiásticos aos indivíduos encarregados do governo nessas novas áreas. Passava também a Coroa a conceder privilégios comerciais a indivíduos e grupos associados ao processo de expansão em curso. Tais concessões acabaram por se constituir no desdobramento de uma cadeia de poder e de rede de hierarquia que se estendiam desde o reino, dinamizando ainda

mais a progressiva ampliação dos interesses da metrópole, ao mesmo tempo em que estabelecia vínculos estratégicos com os vassallos do ultramar” (GOUVEIA, 2001, p. 287).

O historiador João Fragoso (2001) também fala de um sistema de mercês como uma velha prática da sociedade lusa, que teve suas origens nas guerras de Reconquista, que concedia títulos e privilégios como recompensa àqueles que prestavam seus serviços à Coroa, e que criou uma economia pautada pela alta ingerência de representantes do governo português, que ele chamou de *economia do bem comum*. Segundo o autor, essa prática política concedia participações em atividades econômicas, monopólios em comércios, poder de tributo, que ajudou a criar redes de poder que exerciam controle sobre a economia do território.

Quanto mais o império se expandia, mais era necessária a formação de uma elite que pudesse governar e servir os interesses de Lisboa (FRAGOSO, 2001, p. 47).

Maria Fernanda Bicalho (2005) também aponta para a importância da distribuição de títulos como um modo de governar que tinha como objetivo a sobrevivência e a soberania do império português frente ao seu desafio espacial. De acordo com a autora, diferentemente de países como Inglaterra e França, que tiveram sua elite alicerçada em senhores de terra, a elite portuguesa se caracterizava mais por ser uma elite dispersa que representava os interesses do reino nos lugares mais distantes de Portugal. Em face das necessidades de controlar regiões distantes e desconexas fisicamente, o governo português construiu um rede de poder ultramarino por meio de títulos e privilégios àqueles que favoreciam os interesses da coroa.

Ao conceder tais títulos, Portugal criava em suas possessões uma rede política, econômica, social e cultural corporativista que possibilitava sua soberania em determinadas áreas. Muitos soldados e militares, que não representavam exatamente a tradicional nobreza lusitana, receberam cartas e título, pelos serviços prestados no processo de expansão, que os autorizavam a exercer poder político, tributário, econômico, judicial e religioso nas colônias, como forma de controlar o território e premiar os que contribuíram. Processo denominado *economia moral do dom* (BICALHO, 2005).

Outra característica significativa nesse modo português de exercer poder se verifica em relação ao rei. Longe de representar um poder tirano e violento, o rei mais parecia um servo do reino, que tinha a obrigação de garantir a qualidade de vida de seus súditos, sujeito a denúncias e à perda de poder caso se voltasse contra o direito privado e o interesse do povo português. Dessa maneira, era estabelecida uma relação corporativista entre o rei e seus súditos, onde o primeiro deveria zelar pelo interesse do segundo e vice-versa. Tal característica agradava aos súditos portugueses, que se tornavam ainda mais leiais ao império e dispostos a defendê-lo. A partir desse processo, foi criada uma rede de poder global e

ultramarino que possibilitou a sobrevivência e expansão do império português (GOUVÊA, FRASÃO e SANTOS, 2004, p. 96-97).

Nesse sentido, para garantir ainda mais sua soberania nos territórios ultramarinos, Portugal iniciou um movimento de formação política de seu império baseado na transferência de uma série de mecanismos jurídicos e administrativos da metrópole para as regiões mais distantes do globo, da qual o Brasil também era parte. Padroado, poderes concelhios, governadores, ouvidores e capitânicas hereditárias foram alguns dos principais institutos acionados pela Coroa portuguesa no processo de organização de seu governo sobre o complexo ultramarino em expansão. De um lado, Portugal “presenteava” aqueles que estivessem dispostos a encarar a aventura de fazer a vida no além-mar, que incluía muito o Brasil, com títulos de nobreza, privilégios comerciais e poderes tributários, do outro, fortalecia e consolidava sua soberania no território, além de estabelecer um maior vínculo com a população local em detrimento de outras soberanias que ameaçavam seus interesses. (GOUVEIA, 2001).

No que diz respeito ao Brasil, Portugal tratou de criar uma elite que pudesse servir de referência moral, jurídica e cultural para os que lá habitavam. Sem essa elite, que disseminasse a cultura portuguesa, os esforços militares poderiam ser facilmente revertidos por outro conquistador e colocar em risco o império. O primeiro movimento, nesse sentido, foi a instituição do sistema de capitânicas hereditárias, que apesar do fracasso posterior, pode ser visto como uma das primeiras tentativas de estabelecer uma elite no Brasil como forma de ocupar e proteger o território (FAUSTO, 2008: p.43-46).

Em um momento posterior, durante a União Ibérica, que foi marcada também pela invasão holandesa à região de Pernambuco, a institucionalização portuguesa foi fundamental para garantir os vínculos que fariam os habitantes locais lutarem ao lado de Portugal contra os holandeses. Entre as ações mais específicas estão: a criação do Tribunal de Relação na Bahia (1587, 1609, 1626), o envio das duas primeiras visitas do Santo Ofício (1591, 1618), as Companhias de Comércio, a divisão em dois governos (1608, 1621) e o regime de “residência”, pelo qual se estabelecia um canal de reclamações contra governadores por meio de ouvidores. Essas instituições, dotadas de valores culturais e legitimidade, serviram de referência moral para a população local contra as forças estrangeiras e foram determinantes para assegurar a cultura em um contexto de invasão holandesa e de união ibérica. Com o fim do regime de união das coroas, até como forma de recompensa pela fidelidade ao governo português, o Brasil foi elevado à condição de principado (1645), que dentre outras consequências, dava maior legitimidade aos súditos brasileiros (GOUVEIA, 2001, p. 288-



299).

Nesse sentido, ao criar uma elite colonial global e exportar suas instituições políticas, jurídicas, comerciais e culturais, Portugal parece ter encontrado mais meios de garantir sua soberania no ultramar sem apelar diretamente para força, embora esses meios também contribuíssem com a defesa lusitana, principalmente no Brasil. A política de distribuição de títulos e criação de instituições foi, dessa maneira, outra opção pragmática utilizada pelos portugueses para ocupar, conquistar e expandir seus domínios preenchendo a vida política, econômica, social e cultural das colônias.

## **7. Os Degredados**

Embora a elite e as instituições portuguesas estivessem em processo de expansão, existia outra questão fundamental a ser considerada: a população. À medida que o tempo foi passando e a ocupação se firmando, foi ficando claro para os portugueses que o Brasil era um território continental, e que sua baixa densidade demográfica, somada a dispersas tribos descentralizadas tornava o controle mais difícil (RIBEIRO, 1995). Nesse sentido, era necessário encontrar formas de povoar o Brasil de norte a sul com súditos da coroa. Para isso, o governo de Lisboa encontrou mais uma solução ousada, rápida e barata, que se institucionalizou na figura do degredado. Na prática era enviar para os confins do império, em especial o Brasil, todo material humano não desejado na metrópole, nem que para isso se fizessem alguns ajustes legais. E foi o que fez Portugal.

Segundo Geraldo Pierone (1999), o banimento foi uma prática política do governo português dirigida principalmente para a colônia brasileira. Tanto a justiça secular, por meio do Desembargo do Paço, quanto a justiça eclesiástica, por meio dos tribunais da Inquisição, praticaram amplamente a pena do degredo como um dos mecanismos punitivos aplicados aos criminosos e heterodoxos, o que garantiu ao mesmo tempo, um preenchimento populacional para o Brasil.

Assassinos, ladrões, heréticos, feiticeiras, sodomitas formavam o perfil dessa população. Outros “criminosos”, considerados de menos importância também preencheram as fileiras de gente que partia de Portugal em direção ao Brasil como castigo, tais como: vadios, ciganos, alcoviteiros, agressores e, até mesmo, aqueles que “matavam bestas” e “cortavam árvores frutíferas” e “quebravam portas” poderiam ser enviados (PIERONI, 1999, p. 55-68).

Durante três séculos, o degredo foi uma prática muito utilizada pelo Antigo Regime português e, no Brasil, desde 1500 até a independência, jamais deixou de ser praticado, tendo

seu início e o seu apogeu nos séculos XVI e XVII. Os primeiros degredados no Brasil chegaram junto com as primeiras caravelas portuguesas. O primeiro contato entre os povos era feito com o desembarque de dois condenados a um núcleo nativo habitado, com a intenção de observar a hostilidade ou hospitalidade indígena. Caso esse sobrevivesse ao primeiro teste, as autoridades portuguesas o deixavam para que pudesse aprender a língua, a cultura e os costumes de modo a estabelecer algum vínculo que pudesse ser utilizado para o interesse português. Dessa forma, o condenado poderia prestar serviços à Coroa, que, por sua vez, preservaria sua vida como forma de recompensa (PIERONI, 1999, p. 55-68).

Passado as primeiras décadas e ainda diante da necessidade de se povoar um território vasto e desconhecido, o rei de Portugal, Dom João III, estabeleceu, por carta escrita em 1534, que nenhuma pessoa de qualquer qualidade e condição poderia ser nem presa nem executada no Brasil a não ser pelos crimes de heresia, traição, sodomia ou falsa moeda. Em 1535, com intenção de povoar o Brasil, o rei determinou que os condenados ao degredo na ilha de São Tomé seriam degredados no Brasil. Em 1536, foi declarado que jovens vadios que fossem detidos roubando carteiras, seriam enviados ao Brasil como punição. Em 1549, o Brasil havia se tornado o destino preferido do governo português para o envio dessa categoria de cidadãos e o rei declarou por meio de outro decreto que nenhum navio deveria partir ao Brasil sem o conhecimento do Governador da Casa do Cível, de maneira que o mesmo pudesse informar o número de condenados que iriam para o castigo (PIERONI, 1999, p. 55-68).

Essa política gerou fortes reações por parte daqueles que estavam no Brasil para construir um lugar próspero e descente, como Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, que escrevia cartas implorando ao rei para que não enviasse o que chamou de desterrados da mais vil e perversa gente do Reino, mas o rei não parecia dar-lhe ouvido e continuou enviando remessas cada vez maiores. Foi aí que, convencido do destino, Duarte Coelho escreveu ao rei pedindo que lhe fosse dado poder de perdão para melhor utilizá-los, sobretudo na construção da burocracia local. Desde o início, houve uma total liberdade de emigração para o Brasil, mesmo para os degredados, que podiam ser admitidos nos serviços públicos, em navios de guerra, ofícios da justiça e da fazenda, salvo algumas exceções (PIERONI, 1999, p. 58-61).

A necessidade de povoar era tanta que os portugueses não tardaram formar mais uma aliança com a Igreja para cumprir tal objetivo. Disposto a enviar para o Brasil mais gente, o governo português deu carta branca para a Igreja estabelecer tribunais de inquisição que teriam como pena o banimento para o Brasil. Pelo lado da Igreja, era a chance de se livrar dos infiéis, dos opositores e oferecer a chance do perdão, ao mesmo tempo em que propagava a fé

cristã (PIERONI, 1999, p. 66-67). Nesse sentido, foram muitos os enviados por crimes contra a fé católica, que encontravam no Brasil a tarefa do povoamento travestida de salvação. Ao praticar o banimento, o governo português também demonstrava sua virtude, justiça e misericórdia por meio da comutação da pena de morte pelo degredo.

No entanto, vale ressaltar que também vieram pessoas de maior status social, que foram debandadas apenas por defender uma opinião política mais liberal ou ter um viés econômico diferente do que tinha o império. Razões não faltaram para enviar pessoas para o Brasil e, por isso, uma leva de gente que já conhecia algum tipo de ciência, ou que desempenhava uma atividade econômica ou manufatureira, certamente chegou ao Brasil nessas condições para esse fim. Entretanto, o que merece destaque aqui não é a “qualidade” da gente que veio, mas sim a política clara e direcionada do governo português para povoar e garantir a posse do território brasileiro no primeiro século da ocupação. Segundo Pieroni (1999: 56), o degredo representava um contingente importante de população global para o Brasil, no entanto, não se pode generalizar para todo o período da colonização, tendo sido observado, sobretudo, nos séculos XVI e início do XVII.

## 8. Conclusão

De acordo com o que foi apresentado para responder a pergunta sobre se de fato existiram políticas e recursos de *soft power* bem sucedidos que pudessem explicar tanto a conquista das terras brasileiras como a ascensão do império português, pode-se concluir que: Em primeiro lugar, essas políticas, atores, recursos e instituições de poder brando, menos agressivo, existiram de maneira marcante e diversa na forma portuguesa de administrar seu império e o território brasileiro. Várias foram suas formas, que se manifestaram, como apresentado, por meio de tratados diplomáticos, alianças religiosas, alianças com nativos, imposição de cultura, aceitação de cultura, literatura, religião, desenvolvimento econômico, criação de uma elite internacionalizada, etc. Por mais que, na prática, os recursos de *soft power* estivessem entrelaçados com os de *hard power*, é inegável a existência dos primeiros na administração portuguesa. Além disso, pode-se perceber também que além de existirem em abundância, esses recursos foram imprescindíveis para os objetivos portugueses, sem os quais, dificilmente Portugal teria conseguido sustentar suas posições. Desde os tratados territoriais ao povoamento, passando pela distribuição de títulos e o aliciamento indígena, o que se viu foram diversas tentativas simultâneas de acumular poder e exercer soberania sem dispensar custosos e escassos recursos bélicos. Diante do contexto de competição europeia, Portugal

não poderia garantir seus recursos somente pela força, e os exemplos citados ao longo desse trabalho corroboram essa hipótese.

Outra observação que deve ser destacada é o fato de que em determinados momentos os recursos de *soft power* se mostraram formadores de *hard power*, como o *cunhadismo*, a literatura e a catequese, que se fizeram valer de valores morais para convencer os índios a lutar em favor dos portugueses. Dessa maneira, os recursos de *soft power* parecem ter ocupado muito mais do que uma posição secundária ou complementar. Como observado, a precedência desses recursos foram vitais para os portugueses, como no caso contra os tamoios. Nesse sentido, os recursos de *soft power* devem ser melhor avaliados no que diz respeito as fontes primárias do poder, mesmo quando se trata de um contexto de conflitos militares. Ao conquistar primeiro as almas e os corações dos índios, para depois utilizá-los em combate, podemos afirmar que os portugueses inverteram a lógica realista do poder, que subordina a existência do *soft power* a um predomínio anterior do *hard power*, ao utilizar seu *soft power* para formação do seu *hard power*, como evidenciado ao longo do trabalho.

Sobre Portugal, além das glórias das armas e das guerras do passado, podemos dizer que o pequeno condado ibérico tem muito e ensinar em matéria de *soft power*, que de nenhuma maneira se esgota nesse trabalho, muito pelo contrário. Devido à criatividade, ao pragmatismo, à coragem e à ousadia portuguesa, o presente trabalho encoraja a pesquisa de outros períodos, e até do mesmo, que revelem novas fontes e recursos de *soft power* utilizados pelos portugueses. Em um nível mais amplo de estudo, o trabalho também chama a atenção para o estudo de outros impérios ainda mais antigos e que não somente os ocidentais tradicionais. O mongol, o chinês, o indiano, o persa, o árabe, o otomano, o russo, o asteca, o maia e o inca, que, assim como os portugueses, nos sugerem a imaginar algo mais que a força na receita de seu sucesso, expansão e declínio.

## 9. Considerações Finais

Ao estudar o tema, fica a reflexão sobre a comparação entre o desafio dos portugueses no início do século XVI e o desafio dos brasileiros em pleno século XXI. Atualmente sétima maior economia do mundo, defensora da paz e do multilateralismo, com suas fronteiras já delimitadas há mais de um século, o Brasil tenta expandir seu poder no mundo por meios não militares. Assim como os portugueses, os brasileiros precisam lidar com problemas que desafiam sua própria soberania e legitimidade dentro do território. O desafio do governo brasileiro agora é desenvolver e integrar o território que “recebeu de herança”, criando

infraestrutura, desenvolvendo a economia interna, e aperfeiçoando suas instituições de poder.

Por outro lado, também é tarefa do governo melhorar a condição da população “criada” pelos portugueses. No que diz respeito a serviços básicos do estado no século XXI, o Brasil, perante sua grandeza, ainda está muito aquém em áreas como saúde, educação, moradia, transporte, saneamento básico. Nesse sentido, o exemplo português e seus instrumentos de poder utilizados na conquista, na expansão e na consolidação do Brasil como parte do Império Português devem ser considerados ao se pensar o Brasil, sua história e seu desenvolvimento político e econômico.

## 10. Referências

AMADO, Janaína. **A formação do império português (1415-1580)** / Janaína Amado, Luiz Carlos Figueiredo; coordenação Maria Helena Capelato, Maria Lígia Prado. São Paulo: Atual, 1999.

BICALHO, Maria Fernanda B.; FERLINI, Vera L. A.. (Org.). **Modos de governar. Idéias e práticas no império português, séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.

CANDIDO, Antônio. **Iniciação à literatura brasileira**. – 15. ed. - Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro** vol. 1 / 10ª ed. – São Paulo: Globo, Publifolha, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. – 13. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FRAGOSO, J. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. de F. S. (Org.) . **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (sécs. XVI-XVIII)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.287-315.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, Eugenio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

GARCIA, Eugenio Vargas. **Diplomacia do Brasil e Política Externa: documentos históricos (1493-2008)** / Organização Eugenio Vargas Garcia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GOUVÊA, M.de F. S. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. de F. S. (Orgs.) . **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (sécs XVI-XVIII)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.287-315.

GOUVÊA, M. F. S.; FRAZAO, G. A.; SANTOS, M. N.. **Redes de poder e conhecimento na**

**governação do império português, séculos XVI e XVII.** Topoi (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, no. 8, p. 96-137, 2004.

NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais:** correntes e debates / João Pontes Nogueira, Nizar Messari. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, Jr., Joseph S. "Get smart combining hard and soft power." *Foreign Affairs* vol. 88, n° 4, pp. 160-163 (July/August 2009). Council on Foreign Relations.

NYE, Jr., Joseph S. *Soft Power: the means to success in world politics.* (2005).

PIERONI, Geraldo. Os degredados na colonização do Brasil. In: COSENTINO, Francisco Carlos; SOUZA, Marco Antônio de (Orgs.). **1500/ 2000: Trajetórias/** Francisco Carlos Cosentino e Marco Antônio de Souza. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva Curso de História, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Uma Epistemologia del Sur. La reinención del conocimiento y da emacipación social.* Buenos Aires: Siglo XX Editores, CLASCO, 2009.

STRANGE, Susan. **The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy.** Nova York: Cambridge Studies in International Relations, 1996.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.